



Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Fiscal

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000618/2024-83

Interessado: Conselho Fiscal

Assunto: Ata 159ª Reunião ordinária

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às 9:30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participação presencial do Conselheiro José Roberto de Moraes e, de forma virtual, os Conselheiros Paulo Rafael Minetto Maceta, Presidente do Conselho, André Arcas de Souza, titulares e Douglas Schiavoni Froemming, Filipe Camargo Barwick e Fernando Zanelli, suplentes. Pela Fundação, Renata Simões de Souza, assistente. Na abertura dos trabalhos o Presidente do Conselho propôs que a apresentação e discussão do Relatório de Controles Internos referente ao segundo semestre de 2024 seja feito, na sequência, em reunião extraordinária, proposta acolhida pelo colegiado. Na sequência, passou a palavra a Diretora de Investimentos Francislene, que iniciou apresentando o relatório mensal, posição maio/2025, detalhando a evolução patrimonial que atingiu R\$ 4.266 milhões e a captação líquida no mês de R\$ 41,46 milhões. Demonstrou a distribuição dos ativos por Plano, destacando uma concentração de 95,56% distribuídos entre os Planos RP, RG e RG UNIS. Ainda, demonstrou as alocações do patrimônio por indexadores e por classe de ativos. Seguindo apresentou o resultado acumulado no mês de maio/2025, onde a carteira apresentou um resultado de 1,16% para uma meta de 0,63%, IPCA de 0,26% e o CDI de 1,14%. Seguindo demonstrou a rentabilidade acumulada x meta, posição no ano, em 12, 24 e 36 meses e a performance individual por plano. Sobre o PGA, apresentou a rentabilidade do mês e desde o início que atingiu 261,76%, superando em 107% o alvo de 244,94%. Em sequência, demonstrou o patrimônio por fundo em cada segmento de renda fixa, renda variável, exterior, imobiliário, estruturado FIP e Empréstimo mútuo, por gestor, indexador, pelo valor do patrimônio e pelo percentual correspondente, com os retornos nos últimos 12 meses e desde o início dos investimentos. Finalizou demonstrando o quadro comparativo de rentabilidade entre as 139 EFPC. Dando continuidade aos itens da pauta, passou a palavra à colaboradora Renata, responsável pela Gestão de Riscos e *Compliance*, que submeteu a apreciação do colegiado, a alteração promovida no escopo da apresentação, considerando que a área de *compliance* passou a ter uma abrangência maior e entende ser importante, para fins de controle, dar conhecimento de como a área está atuando e quais os principais itens que estão sendo abordados. Na sequência, passou a

relacionar as atividades concluídas no período maio/junho, tais como: i) a consolidação das informações do Relatório de Controles Internos do CF; ii) o treinamento para gestores e fiscais de contratos; iii) a elaboração de controle de normativos internos; iv) revisão e manifestação sobre os Regulamentos de classificação de dados, de Gestão de Fornecedores, de Gestão de Mudanças, sobre o Plano de Organização e Funcionamento da Fundação e sobre a Política de Alçadas; v) participação no evento na Secretaria da Fazenda, sobre maturidade na governança nas Empresas e Fundações; e o atendimento às solicitações da Auditoria do Tribunal de Contas e demandas pontuais da PREVIC. Em continuidade, passou a comentar as atividades em andamento como: i) Relatório de Efetividade da Política, dos Controles e Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo; ii) atualização dos normativos internos, tais como o Código de Ética e Conduta, Políticas de Conflito de Interesses, *Compliance*, Anticorrupção, de prevenção e Combate à Fraude e de Gestão de Riscos, a retomada da candidatura ao Selo de Governança Corporativa da ABRAPP. Por fim, sobre as obrigações legais, comentou sobre a Relatório de Efetividade da Política, dos Controles e Procedimentos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo referente a 2024, cuja elaboração já está em andamento. Finalizando a sua apresentação, colou-se à disposição para críticas e sugestões ao novo formato apresentado. O Presidente Paulo manifestou-se concordando com a nova formatação, sugerindo apenas que seja dado ênfase aos pontos que não forem cumpridos. A Presidência agradeceu a participação. Seguindo os itens da pauta, passou a palavra ao assessor Luiz Dutra para apresentação do fluxo de caixa e o relatório de acompanhamento do orçamento. A Diretora Administrativa Vanessa iniciou comentando que em função da migração de sistemas, com layout diferentes, encerrou o Processo antigo e abriu o novo processo SEI nº 271.00000552/2025-11, onde constam todas as Demonstrações Financeiras e a Execução Orçamentária. Seguindo, o Sr. Luiz Dutra informou que o balancete de maio ainda não está fechado. Destacou o aumento de 1,9% no Patrimônio Social de março para abril, resultante da portabilidade de entrada que teve um aumento em torno de 400%, bem como uma redução no pagamento de benefícios, em torno de 54%. Ainda, o saldo de R\$ 4,27 bilhões na conta dos Participantes, R\$ 4,33 bilhões em ativos administrados, um saldo de R\$ 4.26, em recursos garantidores e em ativos totais, para um patrimônio de cobertura de R\$ 4,14 bilhões. Seguindo demonstrou o reflexo nas cotas nos quatro primeiros meses do ano, em média em torno de 4% a 4,5% de valorização ao ano, evidenciado nos planos RP, RG e RG UNIS. Partindo para a execução orçamentária, comentou os ajustes na apresentação constando colunas do realizado em 2024, o realizado e orçado acumulado em 2025 e o orçado e o saldo em 2025. Destacou o pró-labore que prevê um fixo de 25% mensal e um variável de 5% por ano condicionada à sinistralidade de até 30%. Considerando que a sinistralidade foi de 42%, a Fundação não fez jus aos 5% anual. Ainda o registro dos serviços atuariais prestados em 2024, no valor de R\$ 182 mil, das comunicações no valor de R\$ 67 mil e dos serviços de TI, no valor de R\$ 326 mil, onde a emissão das notas fiscais ocorreu somente em 2025. Ainda assim, o total de despesas realizadas, no valor de R\$ 10,60 milhões, ficou aquém das despesas orçadas, de R\$ 14.53 milhões. Seguindo passou a demonstrar os indicadores, sendo: i) taxa de administração em relação ao total de participante e assistidos e aos recursos garantidores dos planos de benefícios; ii) taxa de carregamento em relação ao total dos participantes e assistidos e às contribuições de participantes e dos patrocinadores; iii) despesas de gestão administrativa em relação ao total de participantes e assistidos, aos recursos garantidores dos

Planos, ao ativo total, ao fundo administrativo dos Planos, às receitas de gestão e ao valor estabelecido para o exercício; iv) as despesas com pessoal em relação às receitas e às despesas da gestão administrativa; v) a evolução dos Fundos Administrativos; vi) a observância ao limite de que trata o artigo 10, lembrando que a Fundação não possui Fundo Administrativo Compartilhado. Encerrada a apresentação, o Presidente agradeceu a participação. Seguindo passou a palavra para o auditor interno Wânnius que iniciou sua participação propondo o registro em ata da autorização pelo Conselho Deliberativo, para repactuação e renegociação de prazos de vencimento de recomendações de órgãos de controle, sendo 2 da Diretoria Executiva e Conselhos, 4 da Presidência, 7 da Diretoria de TI e 1 da Diretoria de Investimentos, totalizando 14 recomendações em reprogramação. O Conselho Deliberativo manifestou-se favorável ao processo de repactuação das recomendações propostas. Seguindo passou a detalhar a situação atual das recomendações dos órgãos de controles, sob acompanhamento da Auditoria Interna, posição do período entre maio e junho, registrando 29 recomendações. Detalhou a quantidade e tipo de cada recomendação e a área a que se vincula. Registrou que das 29 pendências, 8 recomendações estão próximas de conclusão. Quanto as atividades em desenvolvimento, citou na análise, adequação e acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle, a execução do PAINT 2025, com o andamento das análises referentes ao processo Planejamento de Investimentos e a Pré Auditoria e preparação do material de referente ao processo Cadastro de Participantes. Comentou que a disponibilização das amostras solicitadas a Diretoria de Investimentos sofreu atraso em função de prioridades anteriores e atendimento a solicitações do TCE. Finalizou comentando sobre outras atividades tais como o conhecimento e análise do Relatório referente ao 6º Levantamento de Riscos, já visando a elaboração do PAINT 2026 e viabilidade de implantação de processos e auditoria contínua nos processos integrantes do PAINT 2025/2026. Informou também, da participação em reunião de esclarecimentos ao auditor do TCE sobre as atividades da Assessoria de Auditoria e Controles Internos no ano de 2024, além do início das atividades relativas ao 3º item do PAINT 2024 – COTA. Encerrada a apresentação o Presidente agradeceu a participação. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Cesar Gnoatto, Secretário, lavrei e subscrevi esta ata que depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros Titulares presentes.

Paulo Rafael Minetto Maceta,
Presidente do Conselho

André Arcas de Souza
Conselheiro

José Roberto de Moraes
Conselheiro



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Gnoatto, Assistente Técnico Previdência Complementar III**, em 22/07/2025, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rafael Minetto Maceta, Membro**, em 22/07/2025, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto De Moraes, Membro**, em 23/07/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Arcas de Souza, Membro**, em 23/07/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0075470209** e o código CRC **CBBFB528**.
